

CELSO FURTADO, EMINENTE PENSADOR DA QUESTÃO REGIONAL BRASILEIRA

Celso Furtado, eminent thinker on the Brazilian regional question

Hoyêdo Nunes LINS
Universidade Federal de Santa Catarina
hoyedo.lins@ufsc.br

RESUMO

Celso Furtado sobressai fortemente entre os pensadores do desenvolvimento regional no Brasil, em especial com respeito ao Nordeste, e também como formulador de políticas vinculadas. Esse destaque é indissociável de suas atividades desde o final dos anos 1950, após percurso intelectual que incluiu passagens pela França e pela CEPAL, em Santiago do Chile. Baseado em pesquisa bibliográfica e documental, o artigo focaliza essa trajetória procurando observar as influências dessas experiências no pensamento de Furtado sobre a questão regional, assim como nas ações propostas por ele para o Nordeste. Também se apresentam e discutem suas contribuições nos anos 1980, após distanciamento imposto por muitos anos de exílio.

PALAVRAS-CHAVE: Celso Furtado. Problemas regionais. Região Nordeste.

ABSTRACT

Celso Furtado ranks among the most important thinkers about regional development in Brazil, especially with respect to the Northeast region, and also in policy design. This position is inseparable from his activities since the late 1950s, after an intellectual trajectory that included experiences in France and in the ECLAC, in Santiago (Chile). Based on bibliographic and documentary research, the article looks at this trajectory seeking to observe the influences of those experiences in Furtado's thinking on the regional issues, as well as on his propositions regarding the Northeast region of Brazil. His contributions in the 1980s, after being away for many years in exile, are also presented and discussed.

KEYWORDS: Celso Furtado. Regional problems. Northeast region.

Classificação JEL: R58; R11; O18

Recebido em: 28-10-2020. Aceito em: 24-11-2020.

1 INTRODUÇÃO

Celso Furtado figura, entre os pensadores que procuraram decifrar o Brasil, no grupo mais interessado na dimensão espacial do desenvolvimento e com as mais influentes ideias sobre esse assunto. Essa proeminência vincula-se às suas contribuições interpretativas e analíticas e ao que fez em concepção e execução de medidas de promoção do desenvolvimento, no processo que levou à criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e nos primeiros anos de atuação dessa instituição.

O foco principal de Celso Furtado, na direção assinalada, foi o Nordeste brasileiro. Aspectos como relações sociais, estrutura econômica, história e natureza, assim como as circunstâncias dos anos 1950, conjugaram-se para fazer dessa região um dos alvos mais importantes das preocupações e atividades do economista paraibano. Estas enfeixaram-se na idealização e implementação de iniciativas para impulsionar e robustecer a economia regional e melhorar as condições de reprodução social, sobretudo nos ambientes mais deprimidos e junto aos contingentes mais necessitados.

A produção intelectual e técnica de Furtado nesse campo se distribui em documentos de natureza institucional e em trabalhos de perfil mais acadêmico. Concebido por conta da efeméride relativa ao centenário de nascimento de Celso Furtado, completado em 26 de julho de 2020, este artigo revisita, de algum modo, a problemática da assim chamada questão regional na obra desse autor. Diz-se revisita porque esse tema tem sido objeto de numerosas incursões, em trabalhos como teses ou dissertações e em textos diversos publicados em livros e periódicos científicos, sendo ilustrações dos últimos Araújo (2000), Cano (2000) e Diniz (2009).

Na presente pesquisa, objetiva-se colocar em destaque aspectos centrais das reflexões e propostas de Furtado sobre o Nordeste, relacionando-as aos estudos do autor em história econômica do Brasil e aos debates sobre o desenvolvimento com dimensão espacial travados na Europa Ocidental em reconstrução, contexto ao menos parcial do seu doutoramento. Igualmente se pretende discorrer sobre como Furtado mostrou enxergar a problemática do Nordeste duas décadas após a criação da SUDENE: no início dos anos 1980, o autor teceu importantes considerações sobre essa região, exercitando sua capacidade tanto de analista como de propositor de medidas.

O texto encontra-se organizado em dois blocos, além desta introdução e das conclusões. No primeiro, fala-se do percurso acadêmico e intelectual de Furtado. No segundo, focaliza-se o pensador da questão regional brasileira e o formulador e executor de políticas de desenvolvimento para o Nordeste. Parte mais volumosa do artigo, esse bloco aborda ideias contidas nos documentos produzidos pelo autor na segunda metade dos anos 1950 e tangencia suas análises no começo da década de 1980, mostrando que, com as nuances que o tempo proporcionou ou impôs, Furtado permaneceu atento à questão regional brasileira.

2 VISITA ÀS BASES DO OLHAR ANALÍTICO DE CELSO FURTADO

Dados biográficos de Celso Furtado, obtidos por meio dos links disponíveis na página da internet pertencente ao Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, informam que o economista concluiu em 1944 o curso de Direito na antiga Universidade do Brasil, embrião da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (CELSO..., [S.d.]). Pouco depois, no início de 1945, viajou à Itália como integrante da Força Expedicionária Brasileira, retornando ao Brasil no ano seguinte.

Aquele contato com a realidade europeia, duramente afetada pelas perdas e pela destruição generalizada relacionadas à Segunda Guerra Mundial, logo se ampliaria e aprofundaria em outras circunstâncias. Seu doutorado em Economia, realizado na Universidade de Paris, foi concluído em 1948 com a defesa de uma tese sobre a economia do Brasil entre os séculos XVI e XVII.

2.1 Escalada Acadêmica e Intelectual

Logo após a guerra, a Europa Ocidental vivenciou um frenesi de reconstrução intenso e abrangente, haja vista a magnitude do desmantelamento ocorrido (infraestruturas, atividades produtivas). O Plano Marshall constituía importante instrumento, impulsionando a recuperação da indústria europeia à imagem, pode-se dizer, da sua congênere nos Estados Unidos, país que representava a única economia importante efetivamente de pé em 1945. A reconstrução lançaria as bases da trajetória expansionista que marcou diversos países nas décadas seguintes, como assinalado, entre outros, em Marglin e Schor (1991).

Celso Furtado pode presenciar e certamente absorver, por estar inserido como doutorando no ambiente acadêmico francês em parte daquele período, debates que lhe haveriam de marcar o percurso intelectual e de formulador de políticas. Para o que interessa neste artigo, é importante referir, notadamente, às discussões em torno da dimensão espacial do desenvolvimento, já que, em diferentes países europeus, o “espaço” adentrava vigorosamente a agenda ou tinha a sua presença bastante fortalecida.

Com efeito, marcadas desigualdades socioespaciais, com territórios internos aos países exibindo níveis muito discrepantes de dinamismo econômico e reprodução social, constituíam herança incontornável e indissociável da história. Em Estados nacionais formados pelo amálgama de diferentes nações – com histórias e particularidades diversas em termos socioculturais, econômicos, políticos e ambientais –, as desigualdades representavam fator de instabilidade e turbulência. É sugestiva, a respeito, a problemática do regionalismo, de forte incidência na Europa e em cujo debate a ideia de opressão exercida pelo Estado central tem importante papel (MARKUSEN, 1981).

Ora, os processos ligados à reconstrução do pós-guerra, que em diferentes casos rimavam com fortalecimento de desigualdades históricas ou surgimento de novas, agregavam complexidade e inquietação ao cenário. Eloquentes ilustrações dizem respeito ao surgimento, em 1947 – meros dois anos depois do fim das hostilidades e durante o período de doutoramento de Celso Furtado –, de *Paris et le désert français* (GRAVIER, 1947). Expunham-se nesse livro os profundos desequilíbrios que marcavam o espaço nacional da França e se clamava, em face dos movimentos enfeixados na reconstrução mediante investimentos sobretudo industriais, por políticas de desenvolvimento regional para recuperar estruturas produtivas ou criar oportunidades notadamente nas áreas mais necessitadas. O forte impacto dessas análises contribuiu para que o governo francês acabasse incorporando a dimensão espacial nos seus projetos e práticas, inclusive por meio da criação de instituições próprias.

Nesses anos e nos seguintes, outros países daquele continente, como Itália e Reino Unido, comungaram preocupações sobre a presença e o possível aumento de desigualdades inter-regionais, e responderam institucionalmente nas esferas do planejamento e da concepção e execução de políticas (LAJUGIE; DELFAUD; LACOUR, 1979). Os riscos e ameaças, nos interligados planos da coesão social e da unidade nacional, não deixaram de influenciar, e os países, cada um à sua maneira, passaram a considerar com atenção crescente a problemática da dimensão espacial do

desenvolvimento (JOHNSTON, 1986). Celso Furtado teve a oportunidade de observar e mesmo vivenciar alguns dos primeiros passos desses movimentos.

Nos anos 1950, em período após o retorno do economista paraibano à América do Sul e no qual se desenrolou sua experiência junto à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), os europeus avançaram na preparação de processo integracionista supranacional que influenciaria os questionamentos sobre a espacialidade do desenvolvimento. Em 1952 foi criada a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, com Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo, seguida, cinco anos mais tarde, pelo surgimento da Comunidade Europeia da Energia Atômica e da Comunidade Econômica Europeia, com os mesmos países. Essas foram as bases da trajetória que, abrangendo progressivamente outros Estados ao longo do tempo, e revelando-se cada vez mais complexa, resultou (bem mais tarde) na União Europeia (HARROP, 1989).

Mostraram-se intensos os debates sobre os reflexos dessa integração nas relações inter-regionais europeias, seja no interior dos países, seja ao nível da comunidade de Estados, patamar em que também se discutia sobre disparidades entre os próprios territórios nacionais. Alguns autores não se furtaram a advertir sobre a real possibilidade de a dinâmica econômica embalada pela integração afetar diferentemente regiões e países do amplo território envolvido. Os espaços com maior vitalidade produtiva e mercados mais volumosos tenderiam a atrair a maior parte dos novos investimentos, inclusive em razão do jogo das externalidades, reforçando diferenças históricas e mesmo aquelas relacionadas às recentes providências da reconstrução europeia.

O orientador de Celso Furtado no doutorado foi um desses autores, com participação nos debates por meio de estudos como um artigo publicado perto do final dos anos 1950 (BYÉ, 1958). Abordando o problema da distribuição espacial dos novos investimentos, o texto chamava a atenção para a necessidade de políticas coordenadas na escala da comunidade de países. Fazia-se necessário, argumentava o autor, enfrentar possíveis tendências de agravamento das disparidades, que ameaçariam o bem comum, a coesão social e mesmo a unidade nacional em certos casos, além de representarem risco para o próprio processo integracionista devido à incidência de intoleráveis perdas em algumas latitudes do grande espaço implicado.

Não deve causar admiração que em tais abordagens a ênfase recaísse na dinâmica industrial. Os anos 1950 viram galvanizar-se, em diferentes recantos do sistema interestatal, o que Wallerstein (2002) assinalou como paradigma do desenvolvimento

nacional. A expansão da indústria, ombro a ombro com a modernização das estruturas sociais, aparecia como vetor básico das mudanças impulsionadoras desse desenvolvimento, sendo vista como portadora de um futuro melhor principalmente em locais externos às zonas centrais do capitalismo (ARRIGHI, 1997). Pode-se dizer que, nesse ideário, a industrialização configurava, ela própria, desenvolvimento. A abordagem da dimensão espacial deste não se mostraria refratária a esse entendimento.

Análise muito influente nesses termos vinculou-se à teoria do desenvolvimento polarizado. Destacam-se entre seus elementos básicos os polos de crescimento ou desenvolvimento, exibindo as chamadas indústrias motrizes como centros de gravidade e, ao mesmo tempo, como focos de irradiação do dinamismo econômico. A paternidade é atribuída ao francês François Perroux, que publicou artigo de referência em meados dos anos 1950 (PERROUX, 1955) e teve vários de seus escritos, sobre este e outros temas, editados em uma importante coletânea (PERROUX, 1967).

Também pertencem ao influente grupo de autores que discutiram, desde os anos 1950, as possibilidades de dinamização econômica regional mediante impulsos industriais, o sueco Gunnar Myrdal (MYRDAL, 1957) e o alemão Albert Hirschman (HIRSCHMAN, 1958). Ambos chamaram a atenção para as condições em que os vínculos entre áreas dinâmicas (como polos) e áreas mais pobres ou periféricas podem resultar em benefícios crescentes para as primeiras em detrimento das segundas, que amargariam o agravamento de seus problemas. Políticas de promoção regional para conter ou contrabalançar tais tendências mostrar-se-iam, assim, uma necessidade inescapável.

Somente as obras consultadas e citadas no texto do artigo devem compor a lista de referências.

2.2 Importância da Passagem pela CEPAL e a “Vivência” Nordestina

A densa bagagem intelectual trazida por Celso Furtado da Europa foi ainda mais enriquecida na sua passagem pela CEPAL, logo após o retorno da Europa no fim dos anos 1940. Segundo Tenório e Wanderley (2018), o economista integrou os quadros daquela Comissão entre 1949 e 1957. Em entrevista publicada quase ao término da década de 1990 pela Revista Econômica do Nordeste, Furtado (1997, p. 375) assim se pronunciou sobre a importância daquela experiência.

Há dois pontos no pensamento da Cepal que, para mim, foram definitivos [...]. Primeiro, a visão estrutural da realidade econômico-social, que contrastava com a visão funcionalista [...]. Esse pensamento era dominado pelo marginalismo, que explica tudo como tudo dependendo de tudo. [...]. A Cepal, defendendo uma visão estruturalista, disse que tudo não dependia de tudo. Havia pontos de estrangulamento, tensões estruturais. E a visão estrutural não pode prescindir de uma percepção do processo histórico para entender a realidade social. O segundo ponto em que a Cepal me influenciou foi a concepção de centro-periferia, pois ela me permitiu ter uma visão global das coisas. [...] Esse foi o impacto que a Cepal teve sobre mim assim que cheguei lá [...]. Eu era muito jovem [...]. Estava preparado para explorar novos horizontes (FURTADO, 1997, p. 375).

Outra marcante herança na formação de Celso Furtado, como pensador da questão regional brasileira e como formulador ou executor de políticas de desenvolvimento, é o que se pode apontar como vivência nordestina. O economista nasceu em Pombal, município do oeste da Paraíba, localizado na zona semiárida, tipo de ambiente em que o sofrimento dos contingentes mais pobres foi captado inclusive pela literatura ficcional nordestina, como Ramos (2020) e Almeida (1988).

Às mazelas decorrentes das imposições da inclemência climática, fonte de profundas dificuldades no plano da reprodução social, somava-se quadro político e institucional em quase tudo adverso para os grupos não proprietários, que eram a esmagadora maioria. Permanecendo no Nordeste até os seus dezenove anos, quando se transferiu para o Rio de Janeiro após uma passagem pelo Recife, Celso Furtado pode observar longamente esse cenário. Não há dúvida, a julgar por depoimentos como o transcrito a seguir, que isso calou fundo no seu espírito, aguçando a sua visão sobre os problemas regionais.

Quando nasci, o sertão da Paraíba ainda era assolado pelos cangaceiros, pelo banditismo. Os grandes fazendeiros eram as únicas autoridades. Para mim a ideia de poder estava ligada à de arbítrio e abuso. Fui criado vendo a violência desenfreada com que se tratavam as pessoas, e a miséria reinante. (FURTADO, 1999, p. 69).

Essa vivência nordestina ganharia fortes matizes interpretativos e analíticos na pesquisa que nutriu a elaboração da sua tese de doutorado. O estudo, intitulado “Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII” – editado como livro mais de cinquenta depois (FURTADO, 2001) –, explorou bastante, no que se refere ao Nordeste, os processos ligados à produção açucareira, que representou a base econômica do Brasil-colônia por cerca de três séculos. Em “Formação econômica do Brasil” (FURTADO, 1987), livro

publicado pela primeira vez em 1959 e o mais conhecido entre todos da sua larga produção, o tratamento dispensado ao que o autor chama de complexo econômico nordestino – desdobrado em vários capítulos – outorga grande destaque ao açúcar.

Em ambas as obras, Celso Furtado coloca em evidência traços fundamentais da trajetória nordestina. O conjunto de temas abrange o uso predominante das melhores terras da região, referentes à Zona da Mata – uma longa faixa litorânea com elevados índices de pluviosidade –, para o cultivo da cana de açúcar em situação de monocultura e em sistema de latifúndio, isto é, implicando grande concentração fundiária. Tendo essa prática obstaculizado outras atividades na área, Furtado (2001, p. 120) assinalou que “Não será das últimas consequências desse estado de coisas a carência de alimentos que marcará toda a vida colonial.”

Escravidão e poder exacerbado da camada proprietária, formada especialmente por senhores de engenho, representam par de aspectos do sistema latifundiário monocultor cujas relações mútuas Sayer (1982) aceitaria considerar como “internas” ou “necessárias”, no sentido de que a existência de um pressupõe a existência do outro. O uso da mão de obra cativa foi um esteio básico daquele sistema, inclusive porque “A escravidão demonstrou ser, desde o primeiro momento, uma condição de sobrevivência para o colono europeu na nova terra.” (FURTADO, 1987, p. 41).

Ancestrais dos “coronéis” que ainda hoje motivam estudos, pode-se dizer, de perfil até antropológico (cf., p. ex., Vilaça e Albuquerque, 2006), os senhores de engenho – centro de gravidade do patriarcalismo naquele sistema – concentravam imenso poder. De fato, o dono do latifúndio “[...] se foi constituindo patriarca de seu pequeno universo. Para os escravos, [...] era o senhor absoluto, de quem se esperava a graça ou a punição. Para os elementos livres agregados ao domínio, o senhor era o empregador, o protetor, o administrador, o juiz.” (FURTADO, 2001, p. 134). Mas, na avaliação do autor, o alcance e os desdobramentos dessa estrutura socioeconômica e política eram ainda maiores.

O desenvolvimento da vida urbana se fará no Brasil à sombra do domínio patriarcal. Este tem a primazia econômica, administrativa e religiosa. O núcleo urbano dele depende para tudo. Quase sempre numa passagem obrigatória, a pequena localidade surge como um simples entreposto onde os habitantes do domínio aparecem nos dias de feira. Sua vida depende desse fluxo e refluxo das populações circunvizinhas. Decorrerá dessa situação uma completa subordinação do vilarejo ao senhor do domínio mais próximo; outras vezes será ele zona de conflito de influências poderosas. O centro urbano, por si mesmo, nada representa. Sua população, constituída de pequenos artesãos, de comerciantes a retalho e

de pequenos agricultores das proximidades, se anula diante do prestígio econômico e social do grande senhor dominial. O observador que viaja pelo interior do Brasil no fim da época colonial – e ainda em nossos dias [final dos anos 1940], em certas regiões – constata essa ausência de qualquer população urbana economicamente ponderável. Entre os extremos da escala social flutua uma massa amorfa desligada da vida econômica da nação. (FURTADO, 2001, p. 166).

O percurso intelectual e técnico, associado à experiência nordestina, subsidiaria as análises de Celso Furtado sobre a questão regional brasileira ao final dos anos 1950, assim como suas propostas para impulsionar o desenvolvimento do Nordeste.

3 CELSO FURTADO, DE PENSADOR A FORMULADOR DE POLÍTICAS SOBRE A QUESTÃO REGIONAL

Foi na conjuntura brasileira da segunda metade dos anos 1950 que Furtado emergiu, além de intérprete e analista do Brasil, como um destacado idealizador de medidas relacionadas à questão nordestina. Perante situação que incluía as consequências de uma intensa e dramática seca em 1958, agravando o problema da fome e engrossando os fluxos de retirantes, Juscelino Kubitschek – eleito Presidente de República em outubro de 1955 – incumbiu o economista de diagnosticar os problemas regionais e desenhar ações para o seu enfrentamento e para promover o desenvolvimento do Nordeste.

3.1 O Diagnóstico da Questão Regional no Final dos Anos 1950

Furtado redigiu, naquele contexto, “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste” (FURTADO, 2009a), documento caudatário das atividades realizadas no âmbito do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), por ele coordenado. Volumoso, esse trabalho é também conhecido como “Estudo do GTDN”.

De perfil consideravelmente técnico, aquele documento deu origem a outro, mais curto – porque sintetizava vários aspectos abordados no texto anterior – e também escrito por Furtado: “A Operação Nordeste” (FURTADO, 2009b). Ambos são de 1959 e representam marcos fundamentais na reflexão do economista paraibano sobre a questão regional brasileira na metade do século XX – questão regional fundamentalmente assimilada à nordestina naquele período. Esses documentos, cabe sublinhar, também

constituem referências importantes na literatura nacional sobre a dimensão espacial do desenvolvimento, de uma maneira mais ampla.

Celso Furtado abre, praticamente, “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste” com uma incisiva afirmação: “A disparidade de níveis de renda existente entre o Nordeste e o Centro-Sul do país constitui, sem lugar a dúvida, o mais grave problema a enfrentar na etapa presente do desenvolvimento econômico nacional.” (FURTADO, 2009a, p. 83). Na argumentação sobre a gravidade desse problema, o autor chamou a atenção para aspectos que também permeavam o debate sobre a dimensão espacial do desenvolvimento em solo europeu. Lá se advertia – como já assinalado – sobre os riscos que as desigualdades regionais representavam para a coesão social e a unidade nacional.

Com efeito, considerando a trajetória histórica do que, segundo a sua abordagem, formavam dois sistemas econômicos básicos no Brasil – um no Centro-Sul, o outro no Nordeste –, Furtado assinalou: “A persistirem as tendências atuais, há o risco real de que se diferenciem cada vez mais os dois sistemas econômicos já existentes no território nacional, e de que surjam áreas de antagonismo nas relações [entre] estes.” (FURTADO, 2009a, p. 84).

Em “A Operação Nordeste”, texto aparentemente destinado a uma maior divulgação das ideias do GTDN, o autor pintou esse quadro com tintas ainda mais fortes. Evocando experiências de outros países com respeito às diferenças inter-regionais de salários e aos deslocamentos de trabalhadores, Furtado (2009b, p. 34) indicou que “[...] no Brasil, país de grande extensão geográfica, a formação de grupos regionais antagônicos poderá ameaçar a maior conquista de nosso passado: a unidade nacional.”

Celso Furtado mobilizou no seu diagnóstico o abrangente arsenal analítico associado aos estudos que fizera em história econômica do Brasil e do Nordeste. O autor articulou nesse esforço problemáticos aspectos econômicos, sociais e políticos do percurso histórico – pesquisados na sua tese de doutorado e depois explorados em publicações diversas –, associados à herança colonial e também posterior, e, do mesmo modo, as adversidades impostas pelas difíceis condições físicas e naturais predominantes em grande parte do território regional. Mas sua tipificação do problema nordestino considerou igualmente o peso representado por uma conjuntura – devido à história em curso naqueles anos – vista como bastante adversa para a região.

O economista referiu-se, nada menos, à política de desenvolvimento que se executava no Brasil sob a batuta do mesmo Governo Federal que o incumbira de pensar o

Nordeste. De fato, para Furtado (2009a, p. 84), às causas profundas e históricas dos problemas nordestinos “[...] vieram adicionar-se outras, de tipo circunstancial, decorrentes da própria política de industrialização seguida no último decênio.” Sua mira estava no tipo de relação então mantida entre o Nordeste e o Centro-Sul, de um lado, e entre ambos e o exterior, de outro, numa estrutura triangular envolvendo comércio e fluxos de recursos. Em “O Brasil pós-‘milagre’”, livro publicado no início dos anos 1980, o autor sintetizou como segue essa questão:

[...] a dependência do Nordeste com respeito ao Centro-Sul manifestava-se principalmente sob a forma de um saldo positivo nas relações comerciais da região com o exterior, saldo que era dispendido no Centro-Sul a um nível de preços relativos tanto mais alto quanto maior era a proteção que recebiam as indústrias que então se instalavam no país. Ademais, parte dos capitais que se formavam no Nordeste eram drenados para o Centro-Sul, onde as oportunidades de investimento se afiguravam mais interessantes. (FURTADO, 1981a, p. 123).

Segundo Furtado, a proteção à indústria nacional, praticada para promover o crescimento do setor, provocava transferências inter-regionais de recursos em detrimento do Nordeste e, assim, aprofundava os desníveis de desenvolvimento. Para além disso, o autor assinalou importantes assimetrias na relação comercial entre as duas regiões. Enquanto o Nordeste direcionava ao Centro-Sul principalmente matérias primas, o fluxo contrário exibia sobretudo manufaturas. E a representatividade mútua em volume transacionado era muito diferente: o Nordeste constituía um mercado bem maior para o Centro-Sul do que este significava para o primeiro, que tinha no exterior importantes destinos para seus produtos.

Diversos aspectos do diagnóstico de Furtado, bem como o seu grito de alerta sobre os inerentes riscos para a costura nacional, trazem incrustadas, postula-se aqui, repercussões de debates que estavam em curso internacionalmente sobre o problema das disparidades inter-regionais de desenvolvimento. As escalas espaciais consideradas naquelas discussões eram múltiplas – aspecto, diga-se, que se fortaleceu e ampliou nas décadas posteriores, em particular sob o signo da chamada globalização –, notadamente no cenário europeu, por conta, com destaque, da dinâmica de integração supranacional naquele continente.

Furtado não deixou de assinalar a amplitude dos fatores que afetavam o Nordeste ao apontar o caráter triangular dos fluxos envolvendo aquela região, o Centro-Sul e o exterior. Além disso, ao sublinhar a drenagem de recursos do Nordeste para o Centro-Sul,

o autor tocou em problema cuja natureza foi objeto de significativas contribuições em análises mais gerais sobre os vínculos entre regiões com diferentes graus de vigor econômico, como os já referidos estudos de Myrdal (1957) e Hirschman (1958).

3.2 Do Diagnóstico a Propostas Multidirecionadas de Promoção do Desenvolvimento

Também em sintonia com o modo de pensar sobre o desenvolvimento que sobressaía internacionalmente naqueles anos, pelo qual esse processo era visto, basicamente, como sinônimo de crescimento industrial, o diagnóstico de Celso Furtado foi acompanhado por uma defesa da industrialização do Nordeste. Segundo o autor, para enfrentar a tendência de agravamento das disparidades em face do Centro-Sul – atitude que deveria figurar em primeiro lugar em qualquer política de desenvolvimento para o Nordeste – seria preciso promover uma industrialização que gerasse empregos urbanos, fizesse surgir dirigentes com visão desenvolvimentista e favorecesse a permanência de capitais vinculados a outras atividades e tendiam a sair da região.

Parece eloquente sobre o espírito de Furtado sobre o assunto o que foi indicado como passo inicial na formulação da vislumbrada estratégia. Fazia-se desde logo necessário, para promover a industrialização,

[...] determinar que indústrias apresentam maior viabilidade econômica na região, tendo em vista o mercado local e a possibilidade de **concorrer com as indústrias do Sul, quer nos próprios mercados nordestinos, quer nos mercados de outras regiões do país.** (FURTADO, 2009a, p. 156 – grifo nosso).

Nessa perspectiva, os estudos indicavam que a indústria siderúrgica deveria ser um núcleo privilegiado, pois impulsionaria atividades, já presentes na região, ligadas a transformação de metais e produção mecânica. Transparecia a convicção de que a siderurgia poderia irradiar o crescimento via efeitos de encadeamento e propagação, como contemplado na teoria do desenvolvimento polarizado escorada nas noções de polo e indústria motriz, à la Perroux (1955, 1967). Tinham-se em mente impulsos que, por conta das induções, reverberariam em indústrias mecânicas ligadas à fabricação de implementos agrícolas e em produção de móveis metálicos, entre outros.

Mas não era só isso. Se promovidas, também atividades baseadas em matérias primas locais, sobretudo minerais (em cimento, adubos fosfatados, aproveitamento da magnesita), e ainda vegetais (como sisal), haveriam de rapidamente adentrar mercados mais dinâmicos no Centro-Sul. E seria igualmente um objetivo básico a recuperação de uma indústria tradicional (e histórica na região, pela duradoura presença da necessária matéria prima e de mão de obra de menor custo) como a produção têxtil de algodão. Nesse resgate se atentaria para a necessidade de “[...] reequipar as fábricas, reduzir-lhes os custos e capacitá-las para atender uma fração crescente das necessidades nacionais de tecidos [...]” (FURTADO, 2009a, p. 160).

Contudo, avançar em termos industriais exigia reunir condições para tanto. Nisso residia o grande desafio representado pela necessidade de superar o obstáculo estrutural da dependência nordestina em relação aos alimentos vindos do Centro-Sul, impositiva de preços mais altos em termos comparativos e de encarecimento relativo da mão de obra. Furtado (2009a, p. 131) não suavizou a sua avaliação a respeito do assunto: a “[...] tendência à elevação relativa dos preços dos alimentos constitui, de maneira irrevogável, o principal óbice ao desenvolvimento industrial da região, na etapa atual.” Em A Operação Nordeste, o autor foi ainda mais incisivo: “[...] ou aumentamos a produção de alimentos na região, resolvendo o problema agrícola, ou a industrialização não poderá realizar-se. E se não se realizar a industrialização, não haverá desenvolvimento no Nordeste.” (FURTADO, 2009b, p. 48)

Assim, se o crescimento industrial era processo entendido como essencial para enfrentar e alterar a tendência de agravamento das discrepâncias de desenvolvimento entre o Nordeste e o Centro-Sul, atuar junto à agricultura revelava-se crucial para o progresso da industrialização na primeira região. Vale dizer, evocando a ideia de operação transitiva: as urgências agrícolas quanto ao abastecimento regional em alimentos representavam condição primeira do combate àquelas desigualdades. Com efeito, para Furtado (2009a, p. 132-133 – grifo nosso), naquelas circunstâncias

[...] o ponto mais fraco das indústrias do Nordeste reside na própria agricultura da região. Destarte, o primeiro objetivo de um plano de industrialização terá que ser o de modificar a tendência ao encarecimento relativo dos alimentos. A reestruturação da agricultura nordestina, visando a um uso mais racional e intensivo dos recursos escassos de terra e água, constitui um pré-requisito da industrialização. É por esta razão que, no Plano de Ação aqui sugerido, dá-se ao problema do abastecimento de alimentos às zonas urbanas a mesma alta prioridade que à intensificação dos investimentos industriais (FURTADO, 2009a, p. 132-133 – grifo nosso).

Daí a prescrição de medidas em várias frentes, com ações entrelaçadas. A escassa produção de alimentos, seja na faixa úmida (abrangendo a Zona da Mata e o Agreste) – por conta, por exemplo, da utilização das melhores terras para o cultivo da cana –, seja na faixa semiárida – pelos obstáculos associados também às difíceis condições físicas e naturais, repletas de consequências para uma agricultura muito frágil –, era vista como característica básica da economia do Nordeste.

Disso decorriam grandes dificuldades tanto para o crescimento industrial, como se falou, como para o cotidiano de numerosos contingentes devido às proporções que assumiam as consequências da seca. Não surpreende que no discurso proferido em fevereiro de 1959 no Palácio do Catete (então sede da Presidência da República, no Rio de Janeiro), quando da instalação da Operação Nordeste, Furtado (2009c, p. 77) esclarecesse que, “Ao dar ênfase ao problema da inadequada produção de alimentos, o que desejamos é concentrar a atenção em duas direções básicas: a necessidade de industrializar o Nordeste e a urgência de organizar na região semiárida uma economia mais adaptada ao meio.”

O Plano de Ação contido no documento elaborado no âmbito do GTDN, integrante dos documentos básicos de 1959, elegia, assim, quatro direções estratégicas e interligadas. Tratava-se de aumentar os investimentos industriais, reorganizar a economia do semiárido, ampliar a produção de alimentos na faixa úmida e deslocar a fronteira agrícola do semiárido para o Maranhão, principalmente. As três últimas, visando notadamente a produção de alimentos, enfeixavam-se na criação de condições para a industrialização.

Na zona semiárida, onde a severidade do clima manifestava-se de modo devastador, era preciso promover cultivos mais resistentes à seca – para o que se fazia necessário avançar em pesquisas – e reduzir o tamanho dos rebanhos (diminuindo, desse modo, a pressão sobre os recursos). Na agricultura era necessário, antes de tudo, fazer crescer a produtividade e promover o efetivo ingresso da produção no mercado, o que dependia, pelo diagnóstico, tanto de racionalização como de substituição do histórico caráter de atividade de subsistência.

O aludido deslocamento da fronteira agrícola haveria de repercutir na oferta de alimentos e também contribuiria para restringir a pressão populacional sobre os recursos do semiárido. O *hinterland* maranhense, sobretudo, acenava com as requeridas condições de umidade, e a incorporação dessas terras deveria obedecer a plano envolvendo a criação de núcleos de colonização dotados dos necessários serviços e infraestruturas.

Na Zona da Mata, cujo “[...] mal maior não está em que seja latifúndio, mas em que seja açucareiro [...], e onde o] dono da terra não permite [...] que se plante coisa alguma a não ser açúcar” (FURTADO, 2009b, p. 65), a estratégia central seria promover um uso mais racional das terras com vistas a produzir alimentos. A transferência de contingentes do semiárido, concebido com respeito precipuamente ao Maranhão, ocorreria também para a franja litorânea úmida, ajudando nessa produção.

Um antevisto problema, de dimensões expressivas, era a provável reação conflituosa dos proprietários de terra na Zona da Mata. Sobre isso, Furtado (2009b, p. 65) foi taxativo: se for “[...] necessário tomar a terra das mãos do fazendeiro, impor a apropriação ou a desapropriação pelo Estado, esse já não é um problema econômico, mas um problema político.”

3.3 Entusiasmo no Início e Frustrações no Processo

Celso Furtado tinha plena consciência da magnitude da empreitada, no seu conjunto, e do enorme desafio incrustado. Não por acaso declarou, no já referido discurso de lançamento da Operação Nordeste, que se tratava de tarefa para toda uma geração de brasileiros (FURTADO, 2009c). Um ano mais tarde, quando tomou posse como primeiro superintendente da SUDENE (criada por lei de 15 de dezembro de 1959), o economista reiterou esse entendimento: “O desafio que temos diante de nós é simplesmente este: [...] modificar o conjunto de forças que estão dividindo este país em dois, marcado pela pior das desigualdades, que é a que distancia o pauperismo e a abundância [...]” (FURTADO, 2009d, p. 165).

Monumental, a tarefa se revelou entusiasmante, ao menos no seu início. Esse aspecto pode ser depreendido das palavras de Francisco de Oliveira, que atuou como assessor da SUDENE e como superintendente substituto – e é também autor de referência sobre a questão regional brasileira, como ilustrado, por exemplo, por Oliveira (1987) –, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre aquela instituição, em agosto de 1978.

Assinalou o depoente que, com as atividades que resultaram na criação desse órgão, e nos primeiros passos da sua atuação, “Um vasto sopro de esperança varreu a região. Uma convergência nunca antes vista de classes e setores sociais [...] mobilizou-se para o que pensávamos ser a tarefa do século [...]. Minha geração jogou-se por inteiro naquele

empreendimento [...]” (OLIVEIRA, 2009, p. 194). O próprio Furtado, dois anos depois de tomar posse, relatou em artigo que dezenas de projetos industriais haviam sido aprovados, fazendo o Nordeste despontar nacionalmente na expansão desses investimentos; paralelamente, a SUDENE atuara para suprir as necessárias infraestruturas, como em energia elétrica e transportes (FURTADO, 1962).

Todavia, dentro de mais dois anos a auspiciosa trajetória sofreria uma forte inflexão. O golpe militar de 1964 e a inaugurada sequência de governos levariam a SUDENE em outras direções. Sobre estas, e no tocante à expansão industrial – pedra angular da visão de Celso Furtado sobre o desenvolvimento do Nordeste, como apontado –, Oliveira (2009, p. 195) afirmou no seu depoimento à mencionada CPI: de meados dos anos 1960 em diante, “[...] não foi a Sudene quem planejou o surto de instalação de fábricas [...], foram os grandes empreendedores, com seu poder de pressão, que obrigaram a Sudene a enveredar por caminhos que resultaram no que aí está.”

O “que aí está” ganhou abordagem de Celso Furtado em texto publicado em importante jornal francês no final dos anos 1970. No artigo, foram salientados a magnitude da população nordestina que sobrevivia com ínfimos níveis de renda, os alarmantes indicadores de carência e miséria social e o obscuro grau de desigualdades sociais, contrapondo uma minúscula minoria que desfrutava de padrões luxuosos de consumo a uma massa que mal (se tanto) conseguia subsistir (FURTADO, 1979).

Isso espelhava processo de marcada concentração de renda, impulsionado na região desde meados dos anos 1960 no bojo, principalmente, da praticada estratégia de industrialização. A captura da SUDENE pela orientação dos governos que se sucediam, resultou em desempenho industrial e econômico nutrido pela instalação de muitas indústrias atraídas por instrumentos financeiros sedutores. Grandes empresas, de origem estrangeira ou oriundas do Centro-Sul do país, foram os beneficiários mais destacados dos mecanismos fiscais introduzidos.

Além disso, quanto ao funcionamento em si de estruturas que deveriam representar indústrias motrizes – na forma de epicentros de polos que disseminariam nos seus entornos efeitos de encadeamento, com a conseqüente propagação de impulsos de crescimento e desenvolvimento –, aqueles investimentos teriam se constituído muito mais em estruturas que drenavam recursos da região, sobretudo fluxos populacionais dos entornos urbanos. Também o sistema de crédito rural teria funcionado em detrimento dos agricultores mais necessitados. Esse sistema deixou muito a desejar no semiárido, e no agreste favoreceu a

concentração fundiária, beneficiando a monocultura canavieira e também a pecuária (FURTADO, 1982).

Mas talvez o resultado mais deletério da maneira como a SUDENE funcionou a partir de 1964 tenha sido o que Furtado chamou de asfixia da ação política. Na já mencionada entrevista publicada na Revista Econômica do Nordeste, Furtado (1997, p. 377) declarou: “O que marcou minha presença no Nordeste foi que conseguimos unir a região. [...] A grande vitória da Sudene foi criar uma unidade do Nordeste, colocar seus problemas como regionais.” Deve-se sempre evitar uma associação automática entre os interesses expressos em discursos e posições políticas em uma região e as reais necessidades do seu povo, como sugerido na crítica de Kitching (1982) à prática do planejamento regional. No Nordeste, entretanto, Celso Furtado atribuiu grande importância, para o que logrou realizar em planejamento e promoção do desenvolvimento, ao sucesso obtido na constituição de uma “voz nordestina” durante a sua atuação na SUDENE.

Naturalmente, não foram pequenos os impasses e desafios enfrentados. Tampouco foram escassas as necessidades de prolongadas (e não raro tensas) negociações com os governadores, seja durante os trabalhos do GTDN ou nas atividades do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO). Não deixam dúvidas sobre isso as descrições detalhadas que o economista ofereceu em “A fantasia desfeita” (FURTADO, 1989).

Nada disso carece de relevância na apreciação da trajetória da SUDENE. Francisco de Oliveira sublinhou, no seu depoimento à CPI sobre a instituição, que se deve “[...] tratar a questão regional como ela é: uma questão política.” (OLIVEIRA, 2009, p. 201). Considerando tal perspectiva, é preciso reconhecer que representou um incontornável retrocesso a mudança operada naquela superintendência, de organismo que conseguira avanços políticos conjuntos na percepção dos problemas e na forma de tentar o seu equacionamento, para esfera antes de tudo tecnocrática, mais dedicada à administração de incentivos fiscais.

Indagado, ao final da entrevista de 1997, sobre a necessidade de repensar no alvorecer do novo século o arcabouço institucional existente no Nordeste (incluindo a SUDENE), o economista foi claro sobre a valia das articulações políticas em escala regional: “O grande problema que eu vejo no Nordeste é a falta de consciência de que a união regional é um trunfo político. Eu diria que [hoje] o mais importante para o Nordeste é restaurar o espírito de unidade da região.” (FURTADO, 1997, p. 383).

3.4 Uma Permanente Inquietação a Respeito da Questão Nordestina

Posições como as expressas ao final dos anos 1990, sobre o mérito das vinculações em nível regional, sugerem que a questão nordestina havia permanecido entre os interesses e desafios políticos e intelectuais de Celso Furtado, quase quarenta anos após o diagnóstico realizado no âmbito do GTDN e das atividades iniciais da SUDENE. A rigor, Furtado nunca se afastou dessa temática.

Com efeito, no exílio o autor continuou a refletir sobre o problema das desigualdades inter-regionais no interior dos países, inclusive de uma forma ampla, isto é, não restrita ao problema brasileiro e nordestino. Constitui evidência um estudo apresentado em conferência internacional realizada na Índia na segunda metade dos anos 1960, depois publicado em periódico de circulação internacional (FURTADO, 1967). Sobre o Brasil e o Nordeste, na sequência da Lei da Anistia (de 28 de agosto de 1979) e com a intensificação de suas vindas ao Brasil, Furtado manteve à tona a sua participação no debate sobre o desenvolvimento daquela região, notadamente por meio de livros como “O Brasil pós-‘milagre’” e “A nova dependência”, de 1981 e 1982, respectivamente.

Principalmente no primeiro livro, o autor explicita um ângulo analítico que estava somente sugerido, cabe considerar, nos escritos de 1959. Naquele momento, como se indicou anteriormente, Furtado advertia que o aprofundamento das desigualdades entre o sistema econômico do Nordeste e o sistema econômico do Centro-Sul poderia colocar em risco a unidade nacional, e que, por conseguinte, equacionar a questão nordestina deveria ser empreitada de interesse do país como um todo. Entretanto, não parece haver registro, seis décadas atrás, de limpidez sobre a necessidade de pensar nacionalmente sobre a questão regional como a que caracteriza esta opinião, emitida mais de vinte depois:

“Uma nova política para o Nordeste?” Essa pergunta, que vem sendo repetidamente feita por sucessivas gerações de brasileiros, enfeixa um equívoco, pois uma política para o Nordeste é acima de tudo uma política para o Brasil. [...] O Nordeste não é um simples problema regional [...]. O Nordeste é, na verdade, a face do Brasil em que transparece com brutal nitidez o sofrimento de seu povo. (FURTADO, 1981a, p. 119).

Note-se que o próprio autor fazia uso da expressão “política de desenvolvimento para o Nordeste”, como se observa tanto no título do diagnóstico de 1959, elaborado no âmbito do GTDN (FURTADO, 2009a), como em Furtado (1981b). Seja como for, manifestar tão veementemente a ideia de que problemas regionais e problemas nacionais se

interpenetram, e de que o planejamento e a promoção do desenvolvimento devem considerar esse entrelaçamento, pode talvez ser visto como reflexo de um aprimoramento analítico ocorrido ao longo do tempo.

Já no final dos anos 1960, ao escrever “Um projeto para o Brasil”, Celso Furtado destacou implicitamente a importância do planejamento nacional do desenvolvimento regional no Brasil. Nas suas palavras, a “Atividade econômica tende a concentrar-se no espaço [...]. Só recentemente vem merecendo atenção o aspecto da estrutura espacial, a qual é de vital importância em um país de dimensões continentais como o nosso. (FURTADO, 1968, p. 51). Pode-se dizer que, embutida nessas palavras, figura uma defesa da observação simultânea, na prática do planejamento do desenvolvimento, de diferentes escalas espaciais.

Mas a forte ênfase atribuída em “O Brasil pós-‘milagre’” ao caráter nacional da questão nordestina pode também ser lida como recurso argumentativo em prol do mais decisivo dos três planos em que se desdobram as diretrizes para o Nordeste apresentadas no livro. Trata-se do plano relativo à transferência maciça de recursos financeiros e técnicos para a região, durante pelo menos dez anos e em montante equivalente a 10% do Produto Interno Bruto. Garantir sucesso em tal iniciativa exigiria, como reconheceu Furtado, mobilizar forças enormes, de amplitude nacional. Para tanto fazia-se necessário “[...] nos convenceremos de que é o futuro de todo o país – de nossas aspirações como nação – que está em jogo [...]” (FURTADO, 1981a, p. 132).

No bojo desse enorme empreendimento proceder-se-ia rumo aos outros dois planos indicados. Um deles se referia à introdução de mudanças estruturais, que de fato representassem melhorias nas condições de vida e trabalho da grande população instalada no meio rural. Progredir nisso implicaria a extinção, paralelamente, do que Furtado chamou de latifúndio predatório e minifúndio asfixiante.

Estavam em jogo questões essenciais das relações de poder no meio rural, um assunto igualmente tratado na longa entrevista do autor publicada no livro “Seca e poder” (FURTADO, 1998). Em “O Brasil pós-‘milagre’”, Furtado (1981a, p. 129) afirmou – mais de duas décadas após o diagnóstico sobre a região e a formulação das correspondentes medidas para promover mudanças efetivas nesse território – que “A atual estrutura agrária do Nordeste é um meio de dominação social sem ser um instrumento de progresso econômico. Portanto, economia e política devem ser transformadas conjuntamente.”

Para o semiárido, Furtado (1982) indicou a necessidade de sustentar uma economia agrícola mais resistente aos efeitos da seca, o que demandaria melhorar a adaptação

ecológica dos cultivos e formas de exploração mais adequadas. Ao mesmo tempo, inovações técnicas aptas a contribuir para o fortalecimento do tecido social, por meio da solidariedade em escala comunitária, mostrar-se-iam estratégicas perante o castigo intermitente da seca.

No agreste, o cooperativismo estimulado representaria instrumento para redução do ônus que a intermediação comercial ou financeira costumava impor às unidades familiares. Tratava-se de algo tanto mais necessário tendo em vista o papel básico que as explorações de cunho familiar haveriam de cumprir nessa parte da região. De fato, segundo o autor, somente a atividade protagonizada nessa escala “[...] permite conciliar o uso intensivo de mão de obra com o uso intensivo dos recursos de terra e água, o que é indispensável quando esses recursos são parcos e [é] grande a necessidade de que se crie emprego.” (FURTADO, 1982, p. 147).

O outro plano das aludidas diretrizes dizia respeito ao setor industrial. O foco do autor era a participação efetiva do Nordeste na produção industrial brasileira em situação de complementaridade com o Centro-Sul. A promoção desse envolvimento deveria evitar situações de dependência em relação à região mais rica – como se deu pela prática de incentivos fiscais adotada pela SUDENE desde a metade dos anos 1960 – e ser desenhada levando-se em conta as particularidades nordestinas em termos sociais e também ecológicos.

Há nessa diretriz uma importante diferença relativamente às ideias contidas nos documentos de 1959, isto é, “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste” e “A Operação Nordeste”. Naquelas circunstâncias, defendia-se a criação de condições que permitissem às indústrias nordestinas de alguns setores competir, praticamente em situação de autonomia, com as indústrias do Centro-Sul. Duas décadas depois, com o cumprido percurso de expansão industrial no Nordeste, o destaque passou a recair na complementaridade, um aspecto das considerações de Furtado nos anos 1980 que foi também observado por Ferreira (2009).

Celso Furtado igualmente apontou, com respeito ao setor industrial, o papel das empresas de menor porte, que deveriam ser encorajadas e sustentadas na sua função de suprir mercados locais ou regionais. Para tanto, seria necessário superar uma deficiência agravada por anos de presença privilegiada da produção do Centro-Sul em vários desses mercados: a falta de uma presença vigorosa e conseqüente de iniciativa empresarial própria da região. O autor desenvolveu como segue suas considerações a respeito dos empreendimentos de menor porte.

Independentemente das atividades industriais que são uma projeção do Centro-Sul, uma série de outras atividades manufatureiras poderão desenvolver-se na região, sob a forma de pequenas e médias empresas, se adequadamente amparadas. Atividades fronteiriças entre o artesanato e a manufatura não somente criam emprego mas são a única forma de abastecer mercados locais de modesto poder de compra. A utilização de novas fontes de energia, particularmente a biomassa, contribuirá para viabilizar essa descentralização das atividades manufatureiras (FURTADO, 1981a, p. 131).

4 À GUIZA DE CONCLUSÃO

A questão regional brasileira, assimilada historicamente à questão nordestina, nunca escapou à lupa de Celso Furtado. Com as modulações que várias décadas de percurso nacional e regional impuseram, o autor manteve a condição de pensador maior sobre o assunto e, talvez mais do que isso, de criativo propositor de políticas e ações a respeito.

Que o Nordeste tenha mudado em vários aspectos, na comparação com o quadro subjacente aos documentos de 1959, é fato reconhecido pelo próprio Furtado na entrevista publicada em 1997, referida algumas vezes neste artigo. E na aurora do século XXI, pelo menos até 2015, análises indicam que a região cresceu acima da média nacional. Novos setores se expandiram – como fruticultura em áreas irrigadas, atividades industriais em empresas de menor porte e serviços como os vinculados ao turismo –, resultando em perda de representatividade de várias das tradicionais bases produtivas (TROVÃO; ARAÚJO; MONTENEGRO, 2019).

Contudo, o que se poderia chamar de modernização nesses termos parece circunscrito a algumas localizações ou sub-regiões, refletindo a geografia dos investimentos, notadamente em infraestrutura, realizados desde pelo menos a década de 1990. Ora, isso significa que a marcada heterogeneidade interna ao Nordeste, um traço histórico da região – na oposição rural-urbano, por exemplo, e também entre cidades, em forte detrimento das interioranas –, há de ter se aprofundado, aumentando a complexidade da questão regional. Assim, permaneceria digna de atenção a essência de um sentimento que Celso Furtado registrou, não sem aparente melancolia, em “O longo amanhecer”: “Na luta pelo Nordeste, fracassei com respeito ao social, problema que o Brasil não estava preparado para enfrentar. Como não está ainda hoje.” (FURTADO, 1999, p. 83-84).

A questão regional brasileira continua a clamar por reflexão, análise e iniciativas. Ainda mais que a chamada globalização é impregnada de riscos de “[...] afrouxamento dos vínculos de solidariedade histórica que unem no quadro de certas nacionalidades populações marcadas por acentuadas disparidades culturais e de nível de vida.” (FURTADO, 2000, p. 38). Que a lanterna de Celso Furtado continue a iluminar os caminhos dos interessados em contribuir para mudar o Brasil, inspirando suas ideias e iniciativas. Pensar a questão regional no Brasil (qualquer que seja a região) como possuindo índole nacional, e proclamar e defender, na formulação e execução de políticas, o imperioso caráter da coesão social e da negociação política na escala das regiões necessitadas de promoção, significam, certamente, um justo tributo à relevância atemporal das suas formulações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A. de. **A bagaceira**. 25.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988. [1928].

ARAÚJO, T. B. de. A “questão regional” e a “questão nordestina”. *In*: TAVARES, M. da C. (org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 71-92.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BYÉ, M. Localisation de l'investissement e Communauté Economique Européenne. **Revue Economique**, Paris, v. 9, n. 2, p. 188-212, 1958.

CANO, W. Celso Furtado e a questão regional no Brasil. *In*: TAVARES, M. da C. (org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 93-120.

CELSO Furtado. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, Rio de Janeiro, [S.d.]. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/> Acesso em: 13 maio 2020.

DINIZ, C. C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 227-249, 2009.

FERREIRA, A. Da invenção criada do GTDN à reinvenção do futuro na década perdida. *In*: FURTADO, C. et al. **O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Banco do Nordeste do Brasil, 2009, p. 69-92.

FURTADO, C. A luta pelo Nordeste e a estratégia da Sudene. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 574-575, p. 5-10, 1962.

- FURTADO, C. Intra-country discontinuities: towards a theory of spatial structures. **Social Science Information**, Paris, v. 6, n. 6, p. 7-16, 1967.
- FURTADO, C. **Um projeto para o Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- FURTADO, C. Pour le Nord-est: quinze années perdues. **Le Monde**, Paris, 2 avr. 1979.
- Disponível em: https://www.lemonde.fr/archives/article/1979/04/02/pour-le-nord-est-quinze-annees-perdues_2765887_1819218.html Acesso em: 18 maio 2020.
- FURTADO, C. **O Brasil pós-“milagre”**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981a.
- FURTADO, C. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 12-19, 1981b.
- FURTADO, C. **A nova dependência: dívida externa e monetarismo**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 22.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987. [1959].
- FURTADO, C. **A fantasia desfeita**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FURTADO, C. Entrevista: A constatação do GTDN e as exigências da atualidade. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 375-384, 1997. (Entrevista a Adriano Sarquis Bezerra de Menezes e João Salmito Filho).
- FURTADO, C. **Seca e poder**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- FURTADO, C. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FURTADO, C. **O capitalismo global**. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FURTADO, C. **Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais**. São Paulo: HUCITEC, ABPHE, 2001.
- FURTADO, C. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. *In*: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. **O Nordeste e a saga da Sudene (1958-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009a, p. 83-164. [GTDN-Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, 1959].
- FURTADO, C. A Operação Nordeste. *In*: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. **O Nordeste e a saga da Sudene (1958-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009b, p. 29-71. [1959].

FURTADO, C. Discurso pronunciado na instalação da Operação Nordeste. *In*: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. **O Nordeste e a saga da Sudene (1958-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009c, p. 73-81. [17 fev. 1959].

FURTADO, C. Discurso de posse na Sudene. *In*: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. **O Nordeste e a saga da Sudene (1958-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009d, p. 165-169. [8 fev. 1960].

GRAVIER, J-P. **Paris et le désert français**. Paris: Flammarion, 1947.

HARROP, J. **The political economy of integration in the European Community**. Aldershot: Edward Elgar, 1989.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

JOHNSTON, R. J. The state, the region, and the division of labor. *In*: SCOTT, A. J.; STORPER, M. (ed.). **Production, work, territory: the geographical anatomy of industrial capitalism**. Winchester, Mass.: Allen & Unwin, 1986, p. 265-280.

KITCHING, G. N. Reification, explanation and regional planning. **Occasional Paper**, n. 9, Swansea: Centre for Development Studies, 1982.

LAJUGIE, J.; DELFAUD, P.; LACOUR, C. **Espace regional et aménagement du territoire**. Paris: Dalloz, 1979.

MARGLIN, S. A.; SCHOR, J. B. (ed.). **The Golden age of capitalism: reinterpreting the postwar experience**. Oxford: Clarendon Press, 1991.

MARKUSEN, A. R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 2, p. 61-99, 1981.

MYRDAL, G. **Economic theory and underdeveloped regions**. London: Duckworth, 1957.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste – Planejamento e conflito de classes**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, F. de. Depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Sudene. *In*: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. **O Nordeste e a saga da Sudene (1958-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009, p. 193-222. [2 ago. 1978].

PERROUX, F. Note sur la notion de pôle de croissance. **Economie Appliquée**, Paris, n. 1-2, p. 307-320, 1955.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Moraes, 1967.

RAMOS, G. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: Record, 2020. [1938].

SAYER, A. Explanation in economic geography: abstraction versus generalization. **Progress in Human Geography**, v. 6, n. 1, p. 68-88, 1982.

TENÓRIO, F.; WANDERLEY, S. Celso Furtado: an economist in the service of public management (1943-1964). **Brazilian Journal of Public Administration**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 507-526, 2018.

TROVÃO, C. J. B. M.; ARAÚJO, J. B.; MONTENEGRO, R. F. Economia, trabalho e renda no Nordeste brasileiro do início do século XXI. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 1, n. 42, p. 134-160, 2019.

VILAÇA, M. V.; ALBUQUERQUE, R. C. de. **Coronel, coronéis**: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

WALLERSTEIN, I. M. **Após o liberalismo**: em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes, 2002.